



### RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Ref. Processos Administrativos nºs 6.507/2022 e 40.191/2020  
Concorrência Pública PMSG nº 002/2022

**SECRETARIA DE COMPRAS**

**À Comissão Permanente de Licitação,**

1. Trata-se de resposta a Pedido de Impugnação ao Edital referente ao certame em epígrafe, interposto pela empresa LIMPPAR CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.077.888/0001-35, ora IMPUGNANTE, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO.

#### **DA ADMISSIBILIDADE**

2. Nos termos do disposto do subitem 12.21 do Edital c/c art. 41, § 2º da Lei 8.666/93 decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência.

3. Deste modo, observa-se que o impugnante protocolizou seu pedido junto à PMSG no dia 08/02/2022, e, considerando que a abertura da sessão pública desta licitação está marcada para o dia 25/02/2022, a presente impugnação encontra-se tempestiva.

#### **DAS RAZÕES**

4. Inerente-se a impugnante acerca da violação ao Art. 30, II da Lei 8.666/93 com relação às exigências da capacidade técnico-econômica, ou qualificação técnica, alegando existirem demasiadas exigências que ferem a competitividade do certame.


5. Suscita, ainda, divergências entre o disposto no Termo de Referência [sic] e no Edital, solicitando a supressão de alguns itens e readequação de outros, os quais serão comentados isoladamente a seguir.

6. Em seus pedidos, requer a retificação do Edital ou justificativa da desnecessidade da mesma, e a suspensão do certame até a apreciação do presente pedido de impugnação.

#### **DO JULGAMENTO**

7. De início, cumpre ressaltar que o objeto da presente licitação não se trata de um serviço ou uma aquisição comuns, e por essa mesma razão é que foi adotada a licitação na modalidade Concorrência Pública tendo em vista a complexidade que se apresenta a prestação do serviço de coleta de lixo em um Município das dimensões de São Gonçalo, segundo maior em população no Estado do Rio de Janeiro, com mais de 1 milhão de habitantes.

8. Como bem cetera a impugnante dos ensinamentos de Marçal Justen Filho: "O conceito de qualificação técnica é complexo e variável, refletindo a heterogeneidade dos objetos licitados. Cada espécie de contratação

  
\_\_\_\_\_  
Data: 22/02/2022



pressupõe diferentes habilidades ou conhecimentos técnicos. É implausível imaginar algum caso em que a qualificação técnica seria irrelevante para a administração. Quando muito, poderia imaginar-se que o objeto é suficientemente simples para ser executado por qualquer profissional de uma certa área. Por exemplo, suponha-se que a Administração necessite contratar serviços de marcenaria muito simples. A qualificação técnica poderá restringir-se à comprovação da titularidade da profissão de marceneiro, mas é óbvio que não poderia ser contratada pessoa destituída de qualquer habilidade nesse setor. Como decorrência, a determinação dos requisitos de qualificação técnica far-se-á caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades das necessidades que o Estado deve realizar. Caberá à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, restringindo-se ao estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto à idoneidade dos licitantes". Grifo nosso. Ora, parece-nos desnecessário explicar a importância e nível de responsabilidade e experiência exigidos dos licitantes para a prestação do serviço de coleta de lixo e destinação final dos resíduos em toda esta Municipalidade, razão pela qual é vicioso o valor estimado da contratação, ultrapassando destarte o montante de 66 milhões de reais, sem prejuízo dos reajustes e atualizações que vierem a ocorrer na forma da lei.

8. Alega a impugnante que a comprovação de que os responsáveis técnicos pertençam aos quadros da empresa configura exigência ilegal, alegação a qual não merece acolhimento por tratar-se de erro material quando da inscrição e disposto no Projeto Básico para o Edital. O Projeto Básico prevê corretamente em seu item 17.1.1 em total sintonia com o Acórdão 1.446/2015 do TCU.

09. Todas as licenças ambientais e certificados emitidos pelo IBAMA exigidos para a prestação do serviço objeto da retificação encontram amparo nas regras estabelecidas na Resolução nº 237 do CONAMA, disponível em: [http://www.copib.org.br/cecav/images/download/CONAMA%20237\\_191297.pdf](http://www.copib.org.br/cecav/images/download/CONAMA%20237_191297.pdf). Portanto o pedido de se retirar os itens 9.4.5, 9.4.8, 9.4.9 e 9.4.10 do Edital não merece acolhimento.

10. A retificação dos veículos necessários à prestação do serviço é, como diz o item 17.2, para efeitos de vinculação entre a obra e o contrato. O pedido de supressão também não merece acolhimento, por evidentemente não restringir a competitividade uma vez que a empresa contratada deverá dispor de todos os veículos e equipamentos necessários para a execução do serviço na forma **IMEDIATA** à assinatura do contrato.

11. A disposição final dos resíduos junto ao aterro municipal não configura o serviço de "gestão de aterro sanitário", uma vez que o instrumento convocatório e seus anexos se destinam tão somente às diretrizes de organização e procedimento para retirada dos resíduos sólidos (lixo) dos veículos. Não há que se falar em coleta sem pressuposto de retirada dos resíduos. Não se confundindo com a gestão de aterro sanitário para tal.

12. Finalmente, não há que se falar em efeito suspensivo, vez que o pedido de impugnação não se confunde com recurso ao Edital, conforme dispõe o Art. 41 da Lei 8.666/93: "§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em concorrência ou a abertura da licitação em concorrência, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital. Hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso." (Redação dada pela Lei nº 8.883/94) (grifamos).

#### DA DECISÃO

13. Como motivo fático e não jurídico, esta SEMDUR opina, preliminarmente, pelo não acolhimento parcial do pedido de impugnação, tendo em sido conhecido e apreciado no mérito as argumentações e os pedidos que se constituiram adicionais para uma atitude modificatória nas exigências técnicas correspondentes

\_\_\_\_\_  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano  
Rua ... nº ...  
Bairro ...  
Cidade ...



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de São Gonçalo  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

30  
RJC

ao Projeto Básico e ao Edital, por não vislumbrarmos nenhuma ilegalidade ou rompimento dos princípios licitatórios.

14. De modo que se entende que as considerações acima suprem suficientemente às dúvidas e alegações suscitadas, dentro do escopo técnico que esta SEMDUR pode oferecer.

15. Da verificação dos termos do edital relativos a erros materiais nos itens 9.4.4.1.1, 9.4.2, 9.4.4, 18 e anexos III e IV, informamos que as correções no Edital foram providenciadas e serão disponibilizadas no mural eletrônico de licitações do Município de São Gonçalo.

16. E com isso.

São Gonçalo, 15 de fevereiro de 2022.

\_\_\_\_\_  
Ricardo Figueiredo da Conceição  
Subsecretário de Contratos e Convênios – SEMDUR  
Município de São Gonçalo

Ricardo Figueiredo da Conceição  
Subsecretário de Contratos e Convênios – SEMDUR  
Despacho Municipal nº. 010/2021  
Matrícula nº. 121.577

**ExpressoLivre - ExpressoMail**

Remetente: "Administracao CPL" <cpl@pmsg.rj.gov.br>  
Para: diretoria@limpparservicos.com.br  
Data: 22/02/2022 10:58 (30 minutos atrás)  
Assunto: Resposta a Impugnação a CP 002/2022  
Anexos: Resposta a Impugnação - Empresa Limppar.pdf (140 KB)

Prezados bom dia,

Encaminho em anexo resposta elaborada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEMDUR) a respeito da Impugnação interposta por esta empresa, sobre a Concorrência Pública Nº 002/2022. Favor, acusar recebimento.

Atenciosamente,

**Walmir B. Nascimento**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
Prefeitura Municipal de São Gonçalo  
Tel: 21 2199-6329

À SECRETARIA DE COMPRAS

por solicitação.

Ricardo F. da Conceição  
Subsecretário Contratos  
& Convênios - SEMDUR  
Mat 121 577

07/03/2022  
